



1 Ata da Sessão Plenária da 2ª Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Acompanhamento e
2 Controle Social do FUNDEB de Londrina - CACS / FUNDEB, realizada às nove horas do dia 14
3 (quatorze) de abril de dois mil e vinte, por vídeo conferência, via Google Meet. Constatada a
4 veracidade do quórum, a presidente Ana Cristina declara aberta a reunião. **A. Expediente: 1. Leitura
5 e aprovação da pauta:** A presidente Ana Cristina faz a leitura da pauta, a qual foi aprovada por
6 unanimidade pelo Pleno. **2. Justificativas:** A presidente Ana Cristina apresenta a justificativa do
7 conselheiro Alexandre, a qual foi aprovada pelo Pleno. **B. Ordem do dia: 1. Análise da redução
8 dos recursos do FUNDEB no município de Londrina devido ao período de pandemia, com
9 participação da SME:** A presidente Ana Cristina coloca ao Pleno a questão da redução de 30% dos
10 recurso do FUNDEB para o ano de 2020 devido a situação de pandemia que o País está passando, por
11 isso a necessidade dessa reunião; continua explicando que a Márcia Barioto, da assessoria financeira
12 da SME, irá esclarecer essa redução de recursos. Márcia Barioto, SME/AF, explica que devido a
13 situação de pandemia existe a possibilidade de queda da arrecadação de impostos, e alguns desses são
14 direcionados aos recursos do FUNDEB; o que a administração pública tem feito é a redução de
15 gastos para manter o pagamento de contratos contínuos como: merenda, transporte, folha de
16 pagamento, limpeza, entre outros; explica que há uma previsão de 5% na queda de arrecadação do
17 orçamento total do Município, mas economistas preveem queda de 15% a 20%, sendo que a fonte de
18 renda do município são os impostos e havendo queda na arrecadação obrigatoriamente terá que rever
19 gastos. A presidente Ana Cristina questiona quais contratos será possível suspender. Márcia Barioto,
20 SME/AF, esclarece que as atas de registros de preços, como exemplo a ata de compra de brinquedos,
21 cortes nas compras de material esportivo, material de expediente, sendo realizado compras apenas do
22 necessário para equilibrar o orçamento diante da redução da arrecadação. O Colegiado questiona
23 sobre a previsão de aumento de matrículas de alunos(as) que poderão migrar da rede particular para a
24 rede pública, como ficaria os gastos com essa demanda. Márcia Barioto, SME/AF, esclarece que está
25 sendo feito um planejamento macro para fazer a busca de vagas disponíveis, considerando que o
26 setor público tem que receber as matrículas do ensino obrigatório. A presidente Ana Cristina
27 questiona sobre a inserção de novos alunos(as) durante o período de suspensão de aulas. Márcia
28 Barioto, SME/AF, explica que ainda não tem os números exatos, mas as famílias que procurarem a
29 SME serão atendidas em novas matrículas e ações para o processo de transição; por enquanto a SME
30 tem recebido ligações pedindo informações quanto aos procedimentos a serem tomadas no caso de
31 transferências, mas efetivamente ainda não há procura por matrículas. A presidente Ana Cristina pede
32 esclarecimentos em relação a distribuição da merenda que está sendo realizada nas unidades
33 escolares. Márcia Barioto, SME/AF, explica que essa ação está mais relacionado com a assistência
34 social, não está sendo utilizados recursos da merenda, o estoque que já estava nas unidades escolares
35 foi distribuído mas dentro das possibilidades orçamentárias. A presidente Ana Cristina questiona
36 sobre a garantia da folha de pagamento e relata que na educação existe a necessidade de pagamento
37 aos professores de horas extras e contratos para teste seletivo, sendo assim questiona como estão
38 sendo avaliados essas situações. Márcia Barioto, SME/AF, esclarece que quanto a folha de
39 pagamento por enquanto está normal, a partir de abril/maio poderão fazer projeções de como será até
40 o final do ano; quanto as horas extras essas estão suspensas durante esse período de suspensão de
41 aulas e teletrabalho; não suspensão dos contratos de teste seletivo, mas isso será avaliado conforme a
42 necessidade, as novas contratações também estão suspensas até que seja possível o retorno aos locais
43 de trabalho do setor público municipal; posteriormente será feito estudos e negociações junto à
44 Secretaria de Planejamento para a manutenção de horas extras de professores para o atendimento nas
45 unidades escolares municipais, conforme prevê a legislação. A conselheira Vany questiona se há
46 possibilidade de redirecionar recursos da Saúde para a Educação, após ao período crítico da
47 pandemia, para construção de salas de aula. Márcia Barioto, SME/AF, explica que hoje a prioridade é
48 a saúde e todos os recursos possíveis estão sendo direcionados para essa finalidade, após o período
49 crítico da pandemia, pode ser que a prioridade seja a educação devido a necessidade de cumprimento

50 da obrigatoriedade de atendimento e as demandas próprias da pasta; informa ainda que o Estado do
51 Paraná suspendeu os recursos do PETE com a justificativa de que irão repassar esses recursos quando
52 retornar as aulas e o transporte escolar quanto aos contratos de transporte escolar do Município,
53 esclarece que alguns já estão em fase de encerramento e o pagamento da maioria desses contratos é
54 feito de acordo com a quilometragem rodada, desta forma esses pagamentos estão suspensos porque
55 não está sendo ofertado o serviço; as novas ordens de serviço só serão feitas no retorno das aulas,
56 explica que apenas 3 ou 4 contratos que estão vigente serão mantidos os pagamentos de acordo com o
57 que foi contrato; quanto aos novos contratos que serão firmados só irão executar os serviços no
58 retorno das aulas. A presidente Ana Cristina coloca que devido ao período prolongado de suspensão
59 das atividades escolares, algumas empresas que ofertam o transporte escolar para o Município podem
60 não retornar as atividades devido a dificuldades financeiras podendo algumas empresas não
61 conseguir se manter durante está crise e se há risco da falta de transporte quando a situação
62 normalizar, sendo assim se há alguma ação da SME nesse sentido. Márcia Barioto, SME/AF, explica
63 que como alguns já estão finalizando os contratos essas empresas já realizam os tramites de
64 encerramento, como por exemplo demissão de funcionários, diante disso as empresas esperam a
65 execução de novos contratos para voltar a funcionar, mas não sabe como elas irão administrar esse
66 momento, e que o setor público não pode interferir na espera privada nesse sentido, pois corre o risco
67 de responder por improbidade administrativa, caso alguma empresa não execute os serviços no
68 retorno das aulas serão adotadas ações para sanar o problema. A presidente Ana Cristina questiona
69 sobre a manutenção dos contratos de limpeza. Márcia Barioto, SME/AF, elucida que esse contrato
70 será mantido e já foi prorrogado para julho / 2020. A conselheira Emília questiona sobre os contratos
71 de capina e roçagem, se essas serão mantidos. Márcia Barioto, SME/AF, esclarece que a ordem de
72 serviço desses contrato é dada a cada 2 meses e o pagamento está relacionado a área roçada, por isso
73 esse contrato será mantido. A presidente Ana Cristina questiona se a prestação de contas dos recursos
74 do FUNDEB referente ao 1º bimestre de 2020 já está finalizada. Márcia Barioto, SME/AF, justifica
75 que devido as demandas emergenciais ainda não disponibilizou a referida prestação ao
76 CACS/FUNDEB, mas que isso será feito o mais possível, considerando que já está atrasada, diante
77 disso solicita apoio do Colegiado para aprovação o mais rápido possível assim que a referida
78 prestação de contas for disponibilizada ao CACS/FUNDEB. A presidente Ana Cristina questiona o
79 Pleno se há mais perguntas, não havendo, agradece a participação da Márcia Barioto e encerra os
80 debates. Em seguida abre para manifestações do Colegiado. O conselheiro Cláudio relata que está
81 tramitando no Congresso Nacional Projeto de Lei de ajuda aos Estados e Municípios para compensar
82 a perda de arrecadação referente ao ICMS e ISS. A presidente Ana Cristina pergunta se o PL do novo
83 FUNDEB está caminhando no congresso. O conselheiro Cláudio diz que provavelmente está parado,
84 mas não havendo a votação nesse ano, existe a possibilidade do governo federal encaminhar uma
85 medida provisória que prorogue o atual FUNDEB por tempo determinado devido à situação de
86 pandemia. Após debates a presidente Ana Cristina esclarece ao Pleno que havendo demandas a serem
87 analisadas, irá convocar o Colegiado para reuniões extraordinárias, nesse momento sendo essas
88 realizadas por vídeo conferência, o que foi aprovado pelo Pleno. **2. Leitura e votação da Ata da**
89 **reunião:** A presidente Ana Cristina solicita a leitura da presente Ata, a qual foi aprovado por
90 unanimidade pelo Pleno. Nada mais a ser tratado, a sessão plenária foi encerrada, com a presente ata
91 lavrada e assinada por mim, Fernanda Tedeschi, diretora executiva e, Ana Cristina Pialarice
92 Giordano, presidente do CACS/FUNDEB, e demais conselheiros(as) conforme registro on-line da
93 reunião.